

Do dizer a gestos de (re)formulação: rastros de memória *a vista*?

Hélder Sousa Santos

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: helder_sousa@terra.com.br

Resumo: No presente trabalho, buscamos compreender como o dizer do outro foi (re)formulado por *scriptors* em duas redações que produziram em contexto de vestibular. Para mostrar tal efeito, recorreremos à noção de memória discursiva que o quadro teórico da Análise de discurso de tradição francesa elaborou. Neste ponto, concentramo-nos na descrição e interpretação de mo(vi)mentos subjetivos da ordem do confrontar, deslocar, extrair e recortar (PÊCHEUX, 1981) informações de um texto motivador exposto em uma prova de redação de vestibular. Mediante operações dessa ordem, enfatizamos que há, além de efeitos de sentido-outros em funcionamento para o dizer, lugares discursivamente demarcados para o fazer-significar de *scriptors*; estes, conforme veremos, assumem-no para si face à história e a outros sentidos prováveis.

Palavras-chave: Interpretação. Memória discursiva. Redação de vestibular. (Re)formulação.

Abstract: In this paper, we seek to understand how the saying of other was (re)formulated by *scriptors* in two writings that were produced in the context of vestibular. To show this effect, we used the notion of discursive memory that the theoretical framework of the French tradition of Discourse Analysis elaborated. At this point, we focus on the description and interpretation of subjective mo (ve)ment of confront, move, extract and cut (PÊCHEUX, 1981) information of a motivator text presented in the writing test of vestibular. By operations of this order, we emphasize that there is, in addition to other effects of meaning-operation, places marked discursively to do/mean of the *scriptors*; these, as we shall see, take it for themselves in the face of history and other probable meanings.

Keywords: Interpretation. Discursive memory. Writings. (Re)formulation.

“Memória, não eras – és / Não te revivo – vives / pelas minhas mãos e meus sentidos. / És presente, eu te tateio / e, mais que isso, te recrio (...).”
Affonso Romano de Sant’Anna.

1 À guisa de introdução

O interrogar-se acerca de *como* se dão os sentidos em textos que produzimos, sejam estes orais ou escritos, sempre fez parte da agenda de estudiosos de linguagem. De fato, muitos são os autores e trabalhos inscritos em diferentes

campos científicos — desde a Filosofia, passando pelas Ciências Sociais e, detidamente, pela Linguística — que se empenharam ou que, ainda, bastante se empenham em problematizar questões aí implicadas. Tarefa essa que em nada se apresentou (ou que se apresenta) a esses seus questionadores como fácil, dado que, no seu exercício por “cumprir-la”, faz-se (*a priori*) necessário assumir-se de uma posição teórica atenta por não cair em um objetivismo abstrato, que porventura venha encobrir especificidades do objeto língua — objetivismo que está pautado em uma concepção de língua como um sistema totalizante —, nem em um subjetivismo idealista, que porventura venha examinar a noção de sentido enquanto produto transparente na linguagem. Resumindo, diríamos que é necessário o ousar se colocar de um lugar teórico que ofereça ao estudioso de linguagem algum dispositivo de análise, para daí observar processos implicados à constituição, à produção e à circulação de sentidos. Pode-se, nesse caso, partir para uma análise das categorias enunciativas do *eu* e do *outro*; categorias que, sob crivo teórico de estudos enunciativos e discursivos, muito nos dizem acerca do trabalho humano com os sentidos, de maneira especial aqui, acerca de gestos (nossos) de reformular o dizer do outro.

Todavia, não é porque seja difícil tratar da questão do *como o sentido se faz sentido*¹⁷, que filósofos e estudiosos de linguagem tenham evitado aí se colocar, a ponto de não mais produzirem formulações e interrogações novas. Prova disso encontra-se em trabalhos do filósofo M. Pêcheux (1968 a 1983) e, também, em trabalhos de J. J. Courtine (1981), cujo escopo fomentado por ambos é a análise (acompanhada da descrição e da interpretação) daquilo que designam de *mecanismos constitutivos dos processos de discursivização*. Tais mecanismos, no entender desses autores, dizem respeito ao fato de que, anterior ao saber linguístico de que pré-dispomos para o engendrar de nossos textos/discursos, há um saber histórico aí operando, um saber que é senão *parte*¹⁸ do fazer sentido.

A respeito desse saber histórico, que a ciência linguística estruturalista da primeira metade do século XX ignorou — ignorou porque, até o despontar das primeiras elucubrações pecheutianas, exatamente em 1969, na França, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, perdurava entre filósofos e estudiosos da época a crença em uma língua positiva, em uma língua da imanência de sentidos, da totalidade de suas formas e da transparência de desses —, é mister quer ressaltemos que, paulatinamente, o mesmo passou a ser alvo de interesses em estudos de linguagem, sobremaneira no campo da AD. Trata-se, com efeito, de um saber que, por nos dizer do que possivelmente constitui a palavra, os “seus” sentidos, urgia ser subsumido pela pesquisa linguística.

¹⁷ Essa passagem que formulamos joga com as seguintes possibilidades de interpretações: o fazer sentido a partir de determinada causa, aspecto aí implicados e, também, o fazer sentido àqueles que (como nós) assumem uma posição de analistas de discurso.

¹⁸ É importante que, aqui, destaquemos esse termo, pois, no processo de construção de sentidos — durante as etapas de constituição, formulação e circulação desses — existem outras questões aí imbricadas, por exemplo, questões identitárias que se voltam para o sujeito do dizer. Portanto, não está exclusivamente no saber histórico a causa do fazer sentido.

Assim, na óptica desses trabalhos, que vão ao encontro de uma abordagem-outra para a análise de aspectos constitutivos da linguagem, a palavra, a qual em nada goza de uma suposta autonomia, passou a ser examinada na condição de materialidade; materialidade que, em função de sua espessura dialógica, está a representar saberes formulados e legitimados socialmente. Por esse motivo, então — conforme apregoam estudiosos em AD —, esses saberes sempre estarão a d(e)nunciar conhecimentos e valores que o homem, durante o curso de sua história, produziu.

Com efeito, por também considerarmos em nosso estudo o fato de que a palavra é constituída de um saber que nela emerge, há que se notar que essa palavra é produzida pela interferência de um fato linguageiro exterior que nela trabalha, a sua historicidade. Em nosso caso, dada à constituição do material que elegemos para análise — duas redações de vestibular —, isso nos foi possível compreender através do uso que fizemos do dispositivo de análise de materialidades linguísticas cunhado de *memória discursiva* por Courtine (1981).

Dessa forma, no cerne de questões que nosso artigo desenvolve, buscando compreender *como* o dizer do outro foi trabalhado por *scriptors*¹⁹ em duas redações que produziram em contexto de vestibular, trazemos uma profícua discussão de natureza teórico-analítica, visando a destacar o fato de que gestos de re-formulação de enunciados, em tempo nenhum, passam exatamente pela palavra que aí poderia (su)portar (“seus”) sentidos. Diferentemente, esses gestos passam pela própria linguagem, pela própria história do sentido, por uma história que afeta e determina a produção de discursividades. No que tange a essa questão, o título de nosso estudo levanta uma interrogação a qual, nesses momentos introdutórios do presente tópico, antes mesmo de encerrá-los, precisa ser ex-posta em discussão.

Ora, a expressão que aí se encontra em destaque — “Do dizer a gestos de re-formulação: rastros de memória a vista?” —, convoca-nos, agora, a uma reflexão acerca de uma possível dúvida que daí emerja: a dúvida quanto a uma memória (discursiva) que seja visivelmente localizada por nós em dizeres que a encerram. Porém, no que respeita a essa tal visibilidade de memórias que nosso título poderia alegar haver em dizeres re-formulados por *scriptors*, desfazemo-nos o quanto antes dela, dado que não temos como aí localizar “as” exatas memórias²⁰ — memórias essas que pudessem ser

¹⁹ O termo *scriptor*, o qual foi elaborado por Calil (2008), corresponde a uma designação para uma posição assumida por aquele que, concomitantemente, durante o processo de re-formular o simbólico, pode aí se colocar como leitor e escrevente de textos.

²⁰ Assim como Agustini (2007, p. 303-304), pensamos aqui a noção de memória discursiva — também, sob efeito de um possível gesto de leitura nosso — na relação que pode ter com a noção pecheutiana de interdiscurso, com o saber discursivo que pode se dar na forma de pré-construído; um saber que, em função de efeitos ideológicos que nele atuam e produzem a “evidência de (seus) sentidos”, “aparenta” eximir o caráter material que lhe constitui. Em decorrência dessa posição que assumimos com Agustini (2007), cabe deixar explicado ao leitor que a noção de interdiscurso, uma categoria teórica problematizada em Pêcheux (1995) na condição de um e-feito irrepresentável discursivamente, só poderá ser assumida por nós enquanto sinônimo de memória discursiva, se tivermos em vista certas discursivizações que, materialmente, reúnam estrutura e acontecimento — discursivizações essas que, de fato, representem algo da dimensão histórica que ambas dessas noções mobilizam.

notadas em uma suposta transparência de suas formas linguísticas, ou pela via de rastros, marcas linguístico-empiricamente detectáveis²¹ nas re-escritas adiante analisadas.

O que, então, tentamos mostrar no presente trabalho são revestimentos sentidurais (de natureza subjetiva) que *scriptors* deram à palavra do outro, acarretando aí, consequentemente, disseminações de sentidos. Em outras palavras, a questão formulada no título deste artigo vem imbuída de um questionamento nosso: o de que o leitor, também, duvide de algo que possa prenunciar rastros de memória *a vista* no material aqui tomado em análise. Nesse sentido, importa destacar que nossa presente empreitada constrói, teórico-analiticamente, gestos de interpretação (nossos) para alguns efeitos de memória discursiva “presentes” em duas redações formuladas para avaliação da instância vestibular. Assim, não é gratuito aqui recordar o que Pêcheux (1995) nos avisa quanto ao uso de sua disciplina de interpretação, a AD, em análises de materialidades linguísticas. Nas palavras desse autor: “face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 1995, p. 57).

Há, por conseguinte, limites do pensamento e do fazer teórico que precisam ser assumidos por analistas de discurso. Assim, é preciso saber lidar com a “evidência de sentidos” do dizer, com supostos rastros de memória *a vista*, com “certezas de sentidos” que, devido seu caráter sedutor, poderiam nos deixar distantes daquilo que, teórico-analiticamente, pode ser investigado pela própria linguagem: os processos de constituição dos sentidos.

Nos dois tópicos seguintes, vejamos, então, como se dão essas questões que atuam no dizer. Primeiramente, a partir de algumas considerações teóricas acerca da noção de memória discursiva e, na sequência, a partir de uma breve discussão focada no estatuto conferido à noção de interpretação na perspectiva da AD.

2 Considerações em torno da noção de memória discursiva em AD

Antes de apresentarmos neste tópico algumas reflexões teóricas sobre a noção de memória em trabalhos de AD, julgamos necessário avisar ao leitor, em particular, ao leitor iniciante em práticas discursivas (AD), que não se trata de um conceito — tal qual é compreendido no campo da Psicologia de caráter experimental, ou até mesmo corriqueiramente — que esclarece questões relacionadas a um substrato orgânico, nem de um repositório de informações do pensamento humano. Nesse sentido, sem discutirmos aqui os significados que essa psicologia construiu para o que concebe por memória, há que se destacar que um dos problemas decorrentes desse modo de ler-compreender tal noção está em

²¹ Aqui, é oportuno lembrarmos o que ORLANDI (2008, p. 54-55) nos informa acerca dessas supostas marcas. Assim, na perspectiva teórica dessa analista de discurso, é preciso que particularizemos a questão, já que não se trata de algo mecânico-empiricamente detectável em materialidades linguísticas. Contrariamente, trata-se de efeitos de interdiscurso no dizer.

(...) associar diretamente a memória ao organismo vivo, sob a forma de traços que constituem a inscrição individual interna de fenômenos exteriores a esse organismo (sob a forma de esquemas comportamentais e/ou operatórios reativáveis, de natureza mais ou menos complexa, que transitam desde o traço pontual do choque traumático até a construção ativa de uma memória semântica) (PÊCHEUX, 2011, p. 141).

Com efeito, não é de uma memória semântica, nem de uma memória acessível a um suposto sujeito intencional que trabalhos em AD falam. É, ao contrário, de um saber discursivo que, historicamente, na e pela linguagem, os homens construíram para (aí) o inserir de seus dizeres, tornando-os possíveis de significar. Porém, é oportuno sublinhar que esse saber discursivo (para o qual desconhecemos uma origem) não corresponde a alguma coisa que aos homens foi ensinada. Na verdade, trata-se de algo mais, trata-se daquilo que, efetivamente, os constitui, funcionando, pois, sob a forma de um efeito, de um já-dito em outro lugar o qual é possível de aí determinar algum tipo de inscrição humana.

Nesse caso, como há diferentes formas de abordagem do tópico memória (memória enquanto lembrança, reminiscência, aquilo que é individual e memória enquanto materialidade complexa, um fato de linguagem inextrincável no processo de constituição de sentidos), é preciso que de-marquemos qual especificidade esse conceito possui em nosso estudo. Assim, da perspectiva discursiva a que nos filiamos — perspectiva que, aqui, nos permite aduzir aspectos constitutivos do funcionamento de materialidades linguísticas, em nosso caso, de duas redações de vestibular —, memória, conforme Pêcheux (1999, p. 56), corresponde a “(...) um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Em sendo assim, em AD, a noção de memória não funciona como um efeito linear, nem menos como um suposto conteúdo de controle de um sujeito psicologizante. Isto, de fato, já pode ser recusado por nós em vista de dois motivos. O primeiro deles diz respeito à própria noção de significação, a qual, discursivamente, nos impõe pensar que os sentidos não se (des)envolvem em uma reta que permita mensurá-los, segmentá-los — eles, conforme Orlandi (2008, p. 46) argumenta, “(...) se desenvolvem em todas as direções (...)”, daí não termos como evitar suas dispersões e falhas constantes. Já o segundo dos motivos diz respeito ao fato de haver outra noção implicando a noção de memória discursiva e, também, a noção de significação. Trata-se, nesse caso, da noção de historicidade do dizer. Historicidade essa que, em seu movimento de significar o dizer, em nada aponta para um *continuum* linear e estável de datas que porventura fossem capazes de encadear fatos “já ocorridos”, mas para aquilo que diz do sentido e de uma possível representação formulada para este.

No que toca à noção de historicidade que constitui a memória do dizer, importa, aqui, salientarmos o pensamento de P. Henry (1994). Assim, nas palavras desse autor, “(...) não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (P. HENRY, 1994, p. 51-52).

Dessarte, observa-se que a noção de memória discursiva está diretamente implicada a um processo histórico; processo esse que fomenta a constituição, a formulação e a circulação de sentidos que ela procura representar via língua[gem]. Quanto a essa implicação que a memória discursiva tem com a historicidade do dizer, destacamos o fato de que aí se encontra uma porta de entrada para a compreensão de aspectos relacionados à produção de sentidos em textos que formulamos.

Com efeito, uma das maneiras que nos permite compreender isso pode estar justamente no fato de que, durante tentativas de re-formular um dizer que não é nosso, que não nos constitui, há processos que afetam o sujeito de dizer e (seus) os sentidos que ele deseja meta-enunciar. Estes processos se dão, conforme Pêcheux (1995), por esquecimentos, notadamente, pelos esquecimentos que designou de *n.1* (aquele que oferece ao sujeito de discurso uma realidade ilusória na qual ele se coloca como origem do dizer, como uma fonte exclusiva de sentidos e, ainda, como um suposto “criador” de “seu” discurso) e de *n.2* (aquele que, em decorrência do esquecimento *n.1* e de efeitos ideológicos atuantes no dizer, impõe o *Um* de sentidos ao que, assim, o sujeito julga ter conseguido formular para seu ouvinte/leitor; nisso existe uma ilusão: a de que o dizer do sujeito é transparente e não poderia sê-lo senão da maneira com que o representou).

Como, então, o sujeito recorre a redes de memória discursiva para significar o dizer, esse seu saber linguístico-discursivo que aí atua só pode se efetivar através dos esquecimentos *n.1* e *n.2* acima aludidos. Por sua vez, esses esquecimentos, estando em relação de implicação mútua, constituem a própria memória discursiva, já que, nas palavras de Pêcheux (1995, p. 162), “(...) ‘algo fala’ sempre ‘antes’, em outro lugar e independentemente”, produzindo, por conseguinte, um efeito de já-dito aí. Nesse sentido, “o que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2002, p. 32).

Acerca desse posicionamento anterior, observa-se, uma vez mais aqui, que a noção de memória discursiva (ou interdiscurso) produz determinações históricas em dizeres que re-formulamos. Nisso, também, encontra-se uma questão que adiante nossa análise aduz: o fato de que há efeitos de interdiscurso determinando gestos de interpretação de *scriptors*, já que estes, “obedecendo” a injunções da instância vestibular, re-escreveram algo do dizer do outro.

Disso, também, decorre notar que o próprio processo de significação já convoca sentidos exteriores às nossas formulações, com propósito de significá-las e de, na ilusão de fazer um “TODO” de coerências, fomentar uma textualidade. A este respeito, é relevante, estando por findar o presente tópico sobre especificidades teóricas da noção memória discursiva em trabalhos AD, a citação seguinte, de Pêcheux (1999), a qual nos serve para sumarizar o estatuto dessa voz sem nome que habita nossos dizeres. Consoante esse autor,

(...) memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

O que fica ressaltado nesta citação relaciona-se ao fato de que a noção de memória discursiva tem uma função específica na linguagem: a função de restituir implícitos, isto é, formulações dispersas e distintas que podem instituir um novo domínio discursivo. Acerca dessa função, que não pode ser empiricamente deduzida nos textos que produzimos, lembramos, também, que ela só pode ser descrita e interpretada por analistas de discursos atentos à escuta de redes de implícitos trabalhados sobre a base de um imaginário que os representa como memorizados (Cf., ACHARD, 1999, p. 13). Sua análise, então, não equivale a uma mostração de gestos de um analista que se esforçou por explicitar o passado do dizer, fazendo, em decorrência, retornar informações que aí se articulariam.

Sem perdermos de vista todas essas reflexões teóricas em torno da noção de memória discursiva em AD, sobremaneira, no que tange seu caráter histórico que determina a própria constituição e estruturação da linguagem, vejamos no tópico seguinte como ela se relaciona a outra noção, à de interpretação em trabalhos de AD.

3 Retomando aspectos propostos à noção de interpretação pela AD

Na obra *“Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico”*, de E. Orlandi (2004), encontramos uma vasta e profícua discussão acerca da noção de interpretação em trabalhos de AD. Quanto a essa discussão, nota-se que, em tese, seu desenvolvimento se dá a partir dois pressupostos teóricos que essa estudiosa assume para compreender o estatuto de tal noção em estudos discursivos de linguagem. Noção essa que em nada tem a ver com “encontrar conteúdos nas palavras de um texto”, mas com um gesto que permite o leitor “(...) explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos (...)” (ORLANDI, 2004, p. 64) — isso da parte do trabalho de um analista de discurso.

Em relação a esses dois pressupostos, cumpre aqui destacar que essa autora os toma como decorrentes da possibilidade de conceber a noção de interpretação enquanto *gesto* e enquanto atividade de linguagem motivada pela *incompletude do simbólico* (incompletude que permite aquele acontecer). Assim, na condição de um *gesto*, Orlandi (2004, cf., p. 10) compreende que a interpretação representa um trabalho contínuo de leitores na relação que, constantemente, mantêm com o simbólico. É por isso, então, que um leitor não tem como se furtar a ela, nem mesmo deixar de representar gestos (seus) que, por meio da linguagem, exprimam aquilo que viu, ouviu ou leu contextualmente. Interpretar, na perspectiva da referida autora, corresponde, pois, a uma injunção da própria linguagem, que, ao ser trabalhada pelos mecanismos da história e da ideologia, convoca sujeitos a re-tecerem fatos linguageiros que podem representar posições/perspectivas de outras instâncias sujeito em suas relações com o mundo.

Com efeito, durante o movimento de interpretar o simbólico, esses sujeitos, os quais são interpelados pela ideologia, construindo o que Pêcheux (1995) chama de “forma-sujeito histórica”, apagam a espessura material que constitui o dizer, o que, em decorrência, produz um efeito de transparência na materialidade linguística enunciada. A historicidade do dizer, nessa condição, é apagada, para que aí os sentidos sejam “percebidos” na suposta imanência de formas da língua que “os dizem”.

É sobre essa suposta transparência da linguagem que o estudo de Orlandi (2004) em torno da noção de interpretação se debruça. Não exatamente para combatê-la — ato esse impossível, já que ela é parte do funcionamento da própria língua que tende naturalmente a se tornar discurso —, mas na possibilidade de nos apresentar um desafio teórico (seu) que, negando qualquer previsibilidade para o sentido, instigue-nos a perscrutar os meandros sócio-histórico-ideológicos por onde enunciados (sempre) se enviesam até se constituírem enquanto tais.

Aí é que entra a questão da incompletude da linguagem, dos sentidos — e dos próprios sujeitos de linguagem. Ora, se a linguagem funcionasse em sua suposta totalidade e transparência de formas, os sentidos que ela já teria como produzidos estariam fechados, estabilizados, o que, conseqüentemente, a nós, nessa sua vã literalidade, restaria senão recitá-los.

No que então respeita à noção de interpretação, é preciso sublinhar que poderá haver espaços/lacunas em gestos de re-dizer — esses/essas como sendo decorrentes de gestos de ler-interpretar-(re)-produzir discursos —, estando, pois, a d(e)nunciar aí possíveis movimentos/posições de confronto de sentidos/sujeitos e de deslocamentos destes — posições que podem (bem ou não) ser assumidas pela forma-sujeito histórica. Por sua vez, são a esses movimentos/posições que o analista de discurso não deve prescindir, pois, se assim o fizer, cairá ele nas “evidências do sentido” que toda materialidade linguística, sob efeito de processos sócio-históricos e ideológicos, simula.

É, também, sobre isso que acabamos de discorrer no parágrafo acima que o presente artigo faz notar. Em vista do que aí apresentamos, há que ser confirmado que a linguagem não é exatamente transparente na forma com que parece. Ao contrário, ela é opaca, é feita de sentidos materialmente empilhados na espessura de seu corpo. E, por não ser transparente, mas opaca, estruturalmente incompleta, é que nela funcionam mecanismos de produção de sentidos — como é o caso da memória discursiva, há pouco abordada — que autorizam a realização de gestos de interpretação àqueles que estão imersos no simbólico.

Essa anterior constatação, é preciso sublinhar, corrobora o fato de que, além das determinações sócio-históricas que influem nos dizeres, os gestos de interpretação do leitor, também, aí atuam. Contudo, tais gestos, por serem trabalhados na presença de historicidades e em meio a formações discursivas que orientam enunciações, ficam sob vigília do que, via discurso, “(...) pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

A noção de interpretação, com efeito, relaciona-se com uma exterioridade, a qual passa a constituir e a sobredeterminar aquilo que, discursivamente, os gestos de interpretação do leitor poderão e deverão mobilizar durante mo(vi)mentos de re-significação gerados (inicialmente) a partir de um dado dizer. Nessas circunstâncias, então, faz todo sentido considerar, semelhante Orlandi (2004), a interpretação como sendo um *gesto*; um gesto que, portanto, produz diferentes efeitos de sentido (sejam estes da ordem do “mesmo” ou do diferente).

Em decorrência desse modo orlandiano que atribui estatuto de gesto à noção de interpretação, pode-se, em momentos finais de mais um tópico deste trabalho, questionar o seguinte: no simbólico, há disputas de sentido em jogo implicando um ou outro gesto de interpretação?

Ora, essa interrogação que acabamos de formular também diz do estatuto teórico que a AD de linha francesa confere ao termo interpretação. Assim, por ser esse termo um meio de caracterizarmos algo determinante da condição ontológica do ser-homem no mundo, há, antes de nada mais, que se notar aí uma posição discursiva (sua) que efetivamente estará em jogo; uma posição que trabalha e é trabalhada, conforme já dissemos aqui, a partir de uma base material (o já-dito) que, historicamente, no interior de uma formação discursiva dada, orienta um e/ou outro sentido(s) para o dizer.

Ademais, quanto ao fato de os sentidos serem disputados por gestos de interpretação, isso se dá porque o sujeito de dizer, estando a delimitar sítios de significância (ORLANDI, 2004, p. 64) na materialidade linguística que re-formula, é historicamente afetado e interpelado por determinados sentidos e não por outros, dado que sempre há intervenções de sentidos — intervenções do interdiscurso — regularizando possibilidades de formulação para o dizer. Portanto, “a interpretação (...) não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma (...)” (ORLANDI, 2004, p. 67-68).

A seguir, passemos à análise e compreensão de modos com que o dizer do outro foi trabalhado por *scriptors* em duas redações produzidas por eles em contexto de vestibular. Para tanto, gostaríamos que o leitor não se desligasse do que acima arrolamos acerca das noções de *memória discursiva* e de *interpretação*. Essas noções, à sua maneira, perpassam o que doravante estamos a exhibir: nosso olhar teórico-analítico-discursivo para opacidades constitutivas de duas redações de vestibular; opacidades essas que, aqui, denunciaram para nós alguns movimentos subjetivos da ordem do *confrontar, deslocar, extrair e recortar* informações, a princípio, “originadas” do texto motivador da prova de redação de vestibular.

4 Duas demonstrações de análises

Como bem assegura Orlandi (1999, p. 32), admitir que “(...) há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso” (ORLANDI, 1999, p. 32). Assim, antes que iniciemos mais um tópico deste estudo, é mister que reforcemos, uma vez mais, o fato de que o “já-dito” tem estatuto no próprio ato de instituir o dizer — é preciso, efetivamente, que um já existir de sentidos seja re-conhecido por sujeitos de dizer, a fim de que daí sentidos sejam re-produzidos. Com efeito, relembramos essas questões aqui, pois todos os posicionamentos (nossos) adiante construídos partem de localizações *intradiscursivas* de “já-ditos” nas materialidades discursivas (1) e (2)²² seguintes.

Vejam, então, o que a materialidade (1) — abreviadamente, M1 — enuncia:

M1: Programar ou educar?

²² Cumpre destacar que as materialidades (1) e (2) estão reproduzidas neste estudo com idênticas ortografias de seus *scriptors*. Os grifos que nelas encontram-se produzidos, porém, são nossos, dizem respeito do que aí estamos a perscrutar.

(X)Soluções rápidas para problemas antigos. Esta é uma das funções das tecnologias que são criadas e dos estudos dos cientistas. Mas até que ponto podemos usar destes artifícios?

Neste mundo moderno onde o avanço tecnológico cresce a cada dia, temos uma grande preocupação, a violência. Esta também vem crescendo muito desde os últimos tempos, mas não é boa e ainda não vemos uma solução para acabar com ela. E na preocupação de tentar exterminar este problema chegamos a seguinte questão: por que não usar a tecnologia a nosso favor?

(Y)Estudos para se encontrar um jeito de interferir no cérebro de criminosos e modifica-los vem sendo apresentados, o que pode não ser tão bom assim.

É certo que nossas vidas ficaram mais práticas com todas nossas (Z)invenções, mas também estamos vendo aos poucos a perda da subjetividade de cada um. Estamos nos tornando muito mecanizados.

Usar a tecnologia para mudar a mente de bandidos, alterar o comportamento destes, pode funcionar, mas teríamos assim não um progresso, e sim uma transgressão.

(W)Devemos arrumar um jeito de deter a criminalidade que faça não só com que esta acabe, mas também com que as relações humanas se tornem mais calorosas, pois estas com a mecanização do homem estão ficando cada dia mais frias.

Os governos deveriam investir em políticas de educação dos criminosos que cumprem pena e em campanhas de conscientização. Investir na educação escolar de jovens e adolescentes principalmente de comunidades carentes também poderia ser de grande utilidade.

Programar robôs, sem sentimentos, vontade e donos das suas próprias escolhas não é a solução. Temos que reeducar e educar seres humanos, que sejam capazes de fazer escolhas certas e viver em paz numa sociedade sem que para isso precisem de uma “ração especial” ou um chip.

No que tange à leitura da M1, gostaríamos, inicialmente, de explicar ao nosso leitor que os enunciados nela sublinhados (X, Y, Z e W) correspondem a espaços discursivos constituídos a partir reformulações de discursos. Neste caso, trata-se de reformulações que, por meio da leitura e interpretação de enunciados do texto motivador (abreviadamente, TM) exposto em uma prova de redação de vestibular, o *scriptor* produziu. Acerca desses enunciados, então, consideramos sê-los o alvo desta inicial análise, a qual se concentra na possibilidade de compreender aspectos implicados a seus funcionamentos.

Assim sendo, iniciamos nossa análise pelo que diz o enunciado X: “Soluções rápidas para problemas antigos” [1º§ da M1]. Esse enunciado, que se relaciona a uma enunciação parcialmente conhecida por nós — a uma memória constituída no campo de ciências da era moderna, possivelmente no campo da informática —, parece ter sido acionado à M1 pela interpretação que o *scriptor* realizou do enunciado seguinte do TM: “O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o surgimento de tecnologias que permitem observar o que acontece durante atividades como o raciocínio, a avaliação moral e o planejamento”; interpretação essa que, na M1, funciona como um meio de esse o *scriptor* aí *deslocar e confrontar-contrastar* uma posição historicamente já assumida por estudiosos (Cf., TM), mas que, no momento atual, levanta a dúvida: “Mas até que ponto podemos usar destes artifícios?” (questiona o *scriptor* na M1).

Esse deslocamento e confronto de informações que o *scriptor* realizou na M1, a partir de sua leitura-interpretação de enunciados do TM, demonstra para nós um primeiro *movimento subjetivo* (abreviadamente, MS) ante o dizer do outro. Quanto a isto, é oportuno destacarmos que outros efeitos de sentido diferentes daqueles que o TM parece relacionar são aí colocados em causa. Assim, enquanto no TM observa-se um constatar de “resultados” e de “desejosos avanços” que, após duas décadas de elucubrações, foram vencidos e apurados por pesquisadores do cérebro humano, observa-se, na M1, um gesto do *scriptor* em de-marcara uma posição sua que, parcialmente, será assumida em seus parágrafos seguintes — neste caso, o *scriptor* levanta o questionamento seguinte: “soluções rápidas” dizem de um progresso ou de uma transgressão? (5º§). Questionamento esse que será respondido no final da M1 e relacionado com outra posição aí assumida: a de que é preciso apelar para outras formas de deter criminosos, por exemplo, para a reeducação desses.

No que respeita o enunciado Y, também destacado na M1, consideramos que há aí outros sentidos re-formulados pelo *scriptor* a partir de gestos de interpretação que efetivou de informações “dadas” no TM. Esses sentidos, que podem ser “observados” na própria linearidade intradiscursiva da M1 (3º§), permitem-nos aqui dizê-los como sendo efeito da pergunta que o parágrafo precedente desenvolve: (...) por que não usar a tecnologia a nosso favor? Em vista disso, consideramos ser Y um enunciado operador de um novo MS, no caso, um MS do *scriptor* cujo funcionamento respalda-se em operações de uma “leitura-trituração” (PÊCHEUX, 1981, p.16) realizada por ele a partir de gestos de *recortar* e *deslocar* informações do TM. Em Y, com efeito, realizou-se uma medida na rede de sentidos. Isto se deu pela via de inversões sintáticas de alguns sintagmas componentes do enunciado “Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade” (3º§ do TM); inversões essas que relacionam outros efeitos de sentido para o que se pode ler do TM (neste é dito sobre pesquisas que “podem ser apresentadas” e não exatamente sobre um juízo “já” posto em prática, como na M1/3º§).

Acerca do enunciado Z, por sua vez, examinamos aí outro MS do *scriptor*, o qual é procedente do ato de, genericamente e diversamente, buscar *extrair* informações do TM — informações que, na M1, nos permitem conjeturar outros efeitos de sentidos para enunciados do TM. Dessa forma, do TM, podemos presumir esclarecimentos sobre pesquisas científicas ocupadas em conhecer o cérebro humano, ao passo que, na M1, pouco disso conseguimos, dado que outras elucidações são aí feitas, a exemplo, elucidações acerca de ações de cientistas ocupados em interferir no cérebro humano de pessoas delinquentes e consequências disso tais como “(...) perda da subjetividade de cada um” de nós, podendo torná-los “muito mais mecanizados”. Também, o MS que Z apresenta na M1 permite-nos aí observar alguma tentativa do *scriptor* em provocar um contraste com informações do parágrafo que o precede (3º§); informações essas que versam sobre a negativa do *scriptor* ante a tecnologias que venham a interferir no cérebro humano, com intuito de corrigir o comportamento de pessoas delinquentes e de resolver problemas de criminalidade.

Enfim, no que concerne ao último dos enunciados destacados na M1, o enunciado W, assinalamos que os MS do *scriptor* (face o dizer do outro) se realizam aí sob três

ordens/funcionamentos. Sob ordens do *recortar*, *deslocar* e *confrontar* informações “assumidas” pelo TM. Esses funcionamentos, os quais têm caráter relacional, podem ser assim destacados, se levarmos em conta o que os parágrafos que precedem o enunciado W enredam. Assim, há que se sublinhar que o *scriptor* recorreu, possivelmente, ao “mesmo” dizer que o permitiu re-formular o enunciado Y. Isto deve ter se dado, porque, em Y, o *scriptor* se refere a estudos que interferem no cérebro de criminosos, com objetivo de negá-los. Haveria outro jeito de resolver o problema da criminalidade, sem termos que partir para ação assim — explica-nos, brevemente, no 3º§ da M1, o *scriptor*. Porém, é preciso destacar que W, ao retomar Y, direciona-o para outra argumentação; argumentação essa que, elucidando outra maneira de refrear gestos de criminosos, apresenta-nos um confronto de informações (estas o TM não aduz) focadas na ideia de uma suposta ascensão dos engenhos humanos e em um de seus efeitos: relações humanas “cada dia mais frias” (6º§ da M1).

Em vista desses quatro MS que esta primeira análise descreve e interpreta, gostaríamos, apenas, de dar relevo ao fato de que aspectos condizentes a um saber histórico formulado no TM — aspectos esses a que o *scriptor* da M1 se assujeitou — ganharam consistência de efeitos de memória discursiva (ou de interdiscurso) no interior de cadeias de sentidos que foram re-produzidos na M1. Essa consistência, diferentemente, não se efetiva em enunciados “reformulados” na M2 seguinte. Para o caso da M2, então, notamos que seu *scriptor* deslocou redes de sentidos do TM, sem dotá-las de consistência relacional com algo que aí poderia significar como um saber re-formulável.

Antes de aduzirmos isso, vejamos o que a M2 enreda:

M2: A filosofia de vida por tras das ações humanas

Dentre os vários aspectos determinantes para a conduta moral e ética de um indivíduo, existem aqueles que podemos considerar como os mais importantes. A condição de vida interna elevada, os fatores sociais, econômicos e culturais figuram de longe no topo dessa lista. (X)A interferência no comportamento humano através da ciência, para a melhoria do convívio social ou como forma de política pública para a redução da criminalidade, precisa estar nas mãos de pessoas extremamente qualificadas para essa tarefa. Os valores humanos universais, precisam estar em primeiro plano.

O cérebro humano, por sua própria complexidade, possui aspectos indiscerníveis, haja visto que as áreas que tratam da abstração do mesmo, continuam a se aprimorar e a se cruzar como formas de resolução das psicopatias desde as mais simples às mais graves. (Y)As tecnologias e as ciências para os problemas da condição humana não possuem um fim em si.

A evolução, a transformação e a subversão no campo abstrato são múltiplas e ramificadas, talvez infinitas. Que dizer dos aspectos de existência e não existência da mente humana? Sim, porque sua existência traz parte do senso comum, porém (Z)uma tomografia não capta o detalhamento da mesma. Portanto, posso concluir que ela possui esses dois aspectos.

A herança genética dos criminosos, (W)os traumas físicos e psíquicos, da infância, ou a própria vontade de se tornar mau devem ser inseridas nesse contexto. Em suma, o caminho do meio que não abarca extremos e presa o equilíbrio entre as partes, deve ser a medida das questões que definem a intervenção no comportamento desses criminosos.

Em face desses enunciados que se encontram sublinhados na M2 em tela (X, Y, Z e W), percebem-se, pois, inconsistências de sentidos que aí pouco relacionam dizeres. Isso, com efeito, configura para nós o que Orlandi (2008, p. 144) nomeia de “meio plágio”, isto é, nas palavras da própria autora, uma escrita que “(...) não compreende o dizer do outro, não o situa, perdendo assim a possibilidade de trabalhar o seu próprio gesto de interpretação, o que o faria ir mais longe, o faria significar de outra maneira, distinguindo-se realmente em sua formulação”.

Nesse sentido, aqui, identificamos como sendo efeitos de “meio plágio” as quatro passagens destacadas na M2, posto que elas comprometem a articulação de argumentos “construídos” por seu *scriptor* que desejava dizer algo sobre uma suposta “prática de vida” (ainda) velada em ações humanas. Ora, tudo que aí se tentou re-dizer pelas quatro passagens não chega a delimitar sentidos engendrados no TM. Nessas circunstâncias, diríamos que as operações de leitura denominadas por Pêcheux (1981) de *confrontar*, *deslocar*, *extrair* e *recortar* não se efetivaram na M2; aquilo que aí poderia de-marcá-lo algum MS do *scriptor* restringe-se a um mero comentário (seu) no interior da M2, cuja significação pouco pode ser compreendida por nós.

Sobre isso que acabamos de dizer, nota-se que os primeiros períodos da M2, por meio dos quais se tenta aduzir quais seriam os “aspectos determinantes para a conduta moral e ética de um indivíduo” (“a condição de vida interna elevada” e “os fatores sociais, econômicos e culturais” — “esclarece-nos” isso o *scriptor*), nada se relacionam ao que é dito na sequência. O período seguinte, o qual parece recuperar um argumento que, no TM (três últimos períodos), foi aí apresentando para elucidar objetivos de uma pesquisa a ser desenvolvida por pesquisadores gaúchos (pesquisa que pretende auxiliar políticas públicas em face de problemas de criminalidade), denota juízos do *scriptor* que não chegam a se configurar como uma tomada de posição (um MS) ante ao já-dito.

Isso, também, pode ser observado nos parágrafos seguintes da M2. Em seu segundo parágrafo, o qual continua funcionando como comentário de outras partes do TM, verificamos (em especial, nos dois enunciados aí sublinhados) outras confusões de sentidos. Em se tratando do 2º período da M2, o que daí se consegue perceber é que o *scriptor* recorreu a uma formulação comum no discurso científico, uma memória discursiva — a formulação usada para questionar posições socialmente sedimentadas, no caso, a formulação [X *não possui um fim em si*] —, a fim de “contestar” o estatuto de tecnologias e da ciência na vida humana. No entanto, o que nesse período da M2 foi formulado está defeituoso, impossibilitando, uma vez mais, a significação. Acerca do 5º período da M2, pouco dele conseguimos explicar, já que aí as ideias estão ainda mais “capengas”. Que funcionamento (ou MS) teria a objeção que o *scriptor* aí “assume” ante as pesquisas (conforme ilustra o TM/1º§) que utilizarão uma máquina de ressonância magnética para perscrutar diferentes regiões do cérebro de menores infratores? — perguntamo-nos.

Além dessas desordens de sentidos que conjecturamos como existentes na M2, nota-se, em seu último parágrafo, mais um caso de “meio plágio”. Este pode ser percebido no modo com que o *scriptor* alude a aspectos impossíveis de serem capturados por uma tomografia realizada do cérebro de criminosos (2º§). Portanto, todos os comentários aí formulados estão impossibilitados de relacionar tudo aquilo que os parágrafos

anteriores “d-enunciam” acerca da (in)aceitabilidade de estudos científicos interferirem no cérebro humano para modificar comportamentos agressivos de pessoas “comuns” e de indivíduos criminosos.

Finalmente, em vista disso tudo que as materialidades (1) e (2) analisadas nos permitiram compreender, podemos, agora, reportar o valioso posicionamento seguinte, de Pêcheux (1997), no qual o autor fala da possibilidade de desestruturação-reestruturação de coisas na rede de memórias discursivas. Segundo o autor,

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56-57).

Face a esse posicionamento de Pêcheux, ressaltamos que, em análises semelhantes as nossas, tentando aduzir aspectos implicados a processos de constituição de sentidos na linguagem, não há como localizar pontualmente “a” memória do dizer (o interdiscurso), já que cada um de nós está (ou é) afetado por diferentes redes de memória. Em sendo assim, àquele que também deseja compreender operações linguísticas realizadas por *scriptors* com o dizer do outro, cabe ousar fazer isso pela via de possíveis lacunas no/do dizer, lacunas que apenas poderão nos indicar os efeitos disso.

5 Um arremate para fatos abordados aqui

O objetivo central perfilhado neste estudo foi compreender como dois *scriptors* trabalharam o dizer do outro em meio a duas materialidades linguísticas (M1 e M2) produzidas em situação de vestibular. Para isso, apoiamo-nos em algumas questões teóricas elaboradas pela AD francesa — sobremaneira nas noções de *memória discursiva* e de *interpretação* —, de sorte que, aqui, fosse possível analisar, descrever-interpretar movimentos subjetivos (MS) de *scriptors* a partir de operações de *confrontar*, *deslocar*, *extrair*, *recortar* informações de um dado texto, no caso, do texto motivador (TM) apresentado em uma prova de redação de vestibular.

Nisso, com efeito, pudemos notar que, em M1 e M2, respectivamente, há sentidos-outros funcionando em relação (ou não) a outros dizeres, a “já-ditos” no TM, e sentidos que se desarticulam naquilo que o *scriptor* tentou re-escrever — o “meio-plágio”, isto é, aquilo que não consegue delimitar dizeres, uma mera colagem desses, corrobora exatamente essa última constatação. Em vista disso, reconhecemos que MSs face o dizer do outro, por serem e-feitos da/na inscrição de sujeitos em enunciados que a princípio não os constituíam (efeitos de memória discursiva), podem d-enunciar o que Pêcheux (1981) designa por “leitura-trituração”. Uma leitura que, portanto, quase sempre poderá se efetivar em meio a tensões sentidurais representadas em uma dada materialidade linguística — como no caso da M1 examinada aqui —, relacionando, em decorrência disso, sentidos que não mais serão como os de outrora.

Referências

AGUSTINI, C. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscursos. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. *Análise do Discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando ideias*. São Carlos, Claraluz: 2007, p. 303-312.

CALIL, E. *Escutar o invisível: escritura e poesia na sala de aula*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPEV. *Arquivo de prova*. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 03.01.2012

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémantis. Trad. Bras. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, [1981] 1999.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

_____. *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PÊCHEUX, M. *Matérialités Discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et. al.* *Papel da memória*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: *Análise de Discurso - Michel Pêcheux, textos selecionados*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 141 a 150.

ANEXO (1): TM

O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o surgimento de tecnologias que permitem observar o que acontece durante atividades como o raciocínio, a avaliação moral e o planejamento. Ao mesmo tempo, essa revolução na fisiologia abre novas possibilidades para um campo da ciência que sempre despertou controvérsias de caráter ético – a interferência no cérebro destinada a alterar o comportamento de pessoas. Há duas semanas, um grupo de pesquisadores gaúchos ligados a duas universidades anunciou um projeto que vai estudar o cérebro de cinquenta jovens homicidas, com idade entre 15 e 21 anos, detidos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, a antiga Febem de Porto Alegre. Os jovens serão submetidos a uma série de imagens e sons violentos enquanto uma máquina de ressonância magnética funcional analisará a atividade de várias regiões do cérebro deles, principalmente o lobo frontal. Estudos feitos nas últimas décadas apontam que alterações no funcionamento do lobo frontal, situado sob a testa, podem ser responsáveis por perturbações no juízo crítico e por um aumento da agressividade. O anúncio do projeto provocou reações de protesto. Um manifesto contra a pesquisa vem ganhando a assinatura de cidadãos e entidades ligadas aos direitos humanos. “Supondo-se que se confirme a hipótese de que há alterações no cérebro dos infratores, que uso se fará dessas informações?”, pergunta a psicóloga Ana Luiza Castro, do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Na Inglaterra, está em curso uma pesquisa que pretende interferir no comportamento dos criminosos jovens de três instituições penais, reduzindo o índice de violência entre eles. O estudo, patrocinado pela entidade beneficente Wellcome Trust, vai adicionar à dieta dos presos trinta suplementos alimentares, entre eles os ácidos graxos, presentes em substâncias como o óleo de fígado de bacalhau. Supõem os pesquisadores que os suplementos serão capazes de tornar os criminosos mais sociáveis. Os detratores do projeto dizem que não há maneira de aferir o resultado da dieta no cérebro dos presos. “É certo que há alimentos que beneficiam o cérebro como um todo, mas não há como dizer que um deles beneficie a área da comunicação, outro a dos julgamentos morais e por aí afora”, diz a neurologista Lucia Mendonça, presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade. O questionamento ético inerente a esses estudos é evidente quando o comportamento anti-social esbarra em questões culturais. Os avanços da neurociência poderiam permitir aos aiatolás determinar uma intervenção médica no cérebro de uma mulher que se recusa a cobrir o rosto com véu de forma a “curar” sua rebeldia? No futuro, é possível que os testes para emprego exijam exames com tomografia ou ressonância magnética para avaliar se o cérebro do candidato tem características que o credenciem à vaga. Pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e do Rotman Research Institute, do Canadá, já contribuíram para esse cenário. Num estudo recente, eles avaliaram 36 pacientes que sofreram danos cerebrais como resultado de trauma ou retirada de um tumor benigno. Concluíram que as lesões no lobo frontal

induzem a comportamento instável. “Nosso estudo mostra que danos em certas áreas do lobo frontal podem debilitar a capacidade de agir nas atividades rotineiras – um requisito-chave para conservar um emprego”, afirma o coordenador do estudo, o psicólogo Donald Stuss. Os autores da pesquisa com jovens homicidas gaúchos argumentam que a análise das imagens cerebrais é apenas um braço do estudo. Serão avaliados também fatores como o histórico familiar e a condição socioeconômica dos criminosos. O objetivo, segundo eles, é ajudar a formular políticas públicas para evitar que os jovens desenvolvam comportamento violento. É fácil entender como o fato de nascer em famílias dilaceradas ou miseráveis induz os jovens ao comportamento anti-social. Já a influência da configuração do cérebro nesse processo é duvidosa e deixa em aberto a questão: até que ponto é aceitável intervir no cérebro humano.